

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **LAVRAS**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Obs.: Relatório sem revisão ortográfica e gramatical

Lavras, 8/6/2010

I - Apresentação

Em 8/6/2010, realizou-se na Escola Municipal Dra Damina, a 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, teve como finalidade discutir questões relativas à segurança pública no referido Município.

Compuseram a Mesa da Reunião: o Deputado João Leite, presidente da Comissão; Deputada Maria Tereza Lara, vice-presidente da Comissão; Jussara Menicucci de Oliveira, Prefeita Municipal de Lavras; Vereador Evandro Castanheira Lacerda, Presidente da Câmara Municipal de Lavras; Hafez Tadeu Sadi, Chefe do 6º Departamento da Polícia Civil em Lavras, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado; Maj. Francisco Assis de Oliveira, Comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar em Lavras, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado; Ten. Ademir Penido da Silva, Comandante do 9º Batalhão de Bombeiros Militar em Lavras, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado; João Carlos Giroto, Delegado da Polícia Federal, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais.

II - Desenvolvimento da Reunião

II.1) Exposições e discussão

O Presidente da Comissão abriu a reunião anunciando a finalidade de se debater questões relativas à segurança pública na 6ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp –, com sede em Lavras. Em seguida, compôs a Mesa e passou a palavra à Prefeita do Município de Lavras, Jussara Menicucci, que destacou a prevenção e a educação como fontes de paz social. Depois mencionou alguns projetos guiados por essa lógica, tais como programas para crianças e jovens e melhorias na iluminação pública. A Prefeita de Lavras disse também que, apesar de receber críticas da imprensa local, ela apoia a construção do novo presídio no Município, uma vez que o estabelecimento prisional atualmente em funcionamento não atende as necessidades da cidade.

A Deputada Maria Tereza Lara elogiou a Prefeita e falou ainda da necessidade de um sistema prisional humanizado, convocando a sociedade a participar das discussões sobre o assunto. "A solução é necessária e cabe a todos contribuir para que ela ocorra", afirmou.

Indagada pelo Deputado João Leite sobre o abandono do patrimônio ferroviário em Lavras,

espaço onde tem se constituído local propício ao cometimento de delitos, a Prefeita respondeu que Lavras, assim como as demais cidades que possuem patrimônio histórico ferroviário concedido à Ferrovia Centro Atlântica – FCA –, sofre com esse problema, pois a empresa não se responsabiliza pela preservação.

Disse ainda que a Prefeitura tem um projeto de recuperação do patrimônio, mas que esse depende, para se viabilizar, do interesse da companhia em assinar um convênio com a Prefeitura.

Adiante, a palavra foi passada a Evandro Castanheira, Presidente da Câmara Municipal de Lavras, que, apesar de considerar muito bons os índices de criminalidade em Lavras, reforçou o problema apontado pela Prefeita, dando números aos fatos: segundo o Vereador, existem mais de 250 mandados de prisão para serem cumpridos em Lavras em aberto, cuja execução é obstada pela ausência de vagas prisionais.

Posteriormente à fala dos Poderes Executivo e Legislativo locais, foi a vez dos representantes das autoridades policiais, Hafez Tadeu, Chefe da Risp e do 6º Departamento da Polícia Civil em Lavras, e o Maj. Francisco Assis, Comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar em Lavras.

Inicialmente, foi feita uma apresentação pelo Maj. Francisco de Assis, que informou que a área do 8º Batalhão da PMMG é de 25 cidades, envolvendo a região de Lavras, de Oliveira, de Perdões e de Campo Belo.

Segundo ele, a PMMG tem atuado de forma setorizada na região, o que permite uma aproximação do policial com a população. O Major Assis apresentou dados sobre a redução dos índices de criminalidade, principalmente da criminalidade violenta no Município de Lavras, que apresenta média de ocorrência bastante inferior à do Estado. Em 2009, por exemplo, em Minas foram cometidos 302 crimes por grupo de 100 mil habitantes, enquanto em Lavras foram 83 crimes para esse mesmo grupo. Os índices de criminalidade violenta são ainda inferiores aos de várias cidades do mesmo porte, segundo apontou o Comandante do 8º Batalhão da PMMG.

O Comandante fez uma comparação de Lavras com outras cidades de mesmo porte e com as mesmas características, sobretudo em relação à vocação educacional e universitária. Em geral, os índices de Lavras são melhores que os de Ouro preto, Viçosa, Itajubá e Alfenas.

Ao se pronunciar sobre as principais necessidades da região, na sua avaliação, estão a construção de um presídio e a designação de um local adequado para o recolhimento de adolescentes infratores, além de uma política consistente de prevenção e repressão às drogas, incluindo o tratamento de dependentes químicos.

Ele informou que a cadeia pública de Lavras foi assumida pela Subsecretaria de Estado de Administração Penitenciária – Suapi –, mas que, apesar da reforma realizada em 2007, a unidade prisional encontra-se superlotada, com um excedente de 150 presos. A capacidade do presídio é para 50 pessoas.

Para demonstrar a necessidade de mais vagas no sistema prisional e socioeducativo, o

Major Assis mostrou que os índices de criminalidade chegaram ao pico no período em que a cadeia esteve fechada. "Isso se explica porque a maior parte dos crimes é cometida por egressos do sistema prisional. São casos de reincidência", afirmou o Comandante. De acordo com o Major, a falta de condições para o acautelamento de menores infratores também tem trazido sérios problemas, porque os adolescentes têm sido usados pelos traficantes de drogas para práticas criminosas.

Em seguida, falou o Delegado Hafez Tadeu. Apesar dos índices de criminalidade da Região serem comparativamente menores em relação a outras áreas do Estado, o Delegado revelou que há grande volume de trabalho a cargo da polícia judiciária: apenas no ano de 2010, até o mês de abril, tinham sido preparados 3.158 inquéritos policiais. Segundo ele, quando somados os termos circunstanciados de ocorrência – que totalizaram 4.255 até abril –, cerca de sete mil pessoas foram indicadas para a Justiça como autores de crimes.

O Delegado informou ainda outros dados sobre a produtividade da polícia judiciária na região no mesmo período. Quanto a declarações e depoimentos tomados pela Polícia Civil, foram 26.662 oitivas. O número de intimações realizadas foi de 35.172. Houve 23 interceptações telefônicas. O número de mandados de buscas e apreensões expedidos e cumpridos foi de 476. Ocorreram também 267 mandados de prisão cumpridos. Com relação ao trabalho da Polícia Civil relativo ao trânsito, foram realizados 8.611 exames de legislação e 8.361 exames de direção. Ao todo, foram 10.191 carteiras nacionais de habilitação expedidas pela regional, no período.

De acordo com o Delegado, a Polícia Civil tem baixo contingente para atender essa demanda de trabalho: são quatro Delegados Regionais, 35 Delegados, 55 Escrivães, 22 Peritos Criminais, 12 Médicos Legistas e 133 Agentes, totalizando 261 servidores. Segundo estimativa do Chefe do 6º Departamento de Polícia Civil, só na regional de Lavras seriam necessários mais 177 policiais para atuarem nas diversas funções da corporação. No Estado, ele avalia que o efetivo deveria aumentar de 11 mil para 18 mil policiais. Para ilustrar a sobrecarga, revelou que, apesar dos 3.158 inquéritos concluídos pela regional de Lavras até o final de abril deste ano, existem outros 7.015 inquéritos em andamento acumulados no mesmo período.

Outras dificuldades apontadas pelo Delegado são a falta de Delegacias da Polícia Civil em vários Municípios, falta de apoio para a sede da Risp e de dotação orçamentária para os departamentos que sobrecarregam as Delegacias onde estão provisoriamente alocados, além de modificações na estrutura da carreira da Polícia Civil. Sadi reivindicou a regulamentação do cargo de Chefe de Departamento e de suas atribuições, redução da carga horária de trabalho, nova política salarial, além do retorno completo dos policiais civis que ainda fazem a guarda de presos para a função de investigação.

O Delegado frisou que, em decorrência da divisão constitucional de competências em matéria de polícia judiciária, a Polícia Federal não é competente para apurar a maior parte dos ilícitos penais, sendo-lhe constitucionalmente outorgada a incumbência de investigar crimes contra

a União Federal e também a criminalidade interestadual ou com conexão internacional.

Segundo ele, a Delegacia de Polícia Federal de Varginha cobre uma área de 137 Municípios, começando ao Norte, na região de Lavras; ao Sul, na cidade de Extrema, fronteira com São Paulo; ao Leste, em Bocaina de Minas, fronteira com Rio de Janeiro; a Oeste, em Passos.

Depois, a palavra foi passada ao Inspetor Helênio Almeida, representando a Polícia Rodoviária Federal. O Inspetor destacou o serviço da Polícia Rodoviária Federal desempenhado pelas recém implementadas Comissões Regionais de Direitos Humanos, que, em Minas Gerais, têm atuado no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. A PRF tem mapeado os pontos vulneráveis à exploração sexual em rodovias federais. Segundo ele, são 290 pontos em Minas Gerais e 1.918 no Brasil.

Em seguida, falou a Defensora Pública Mirela Souza Araújo, representando o Defensor Público-Geral. Ela ressaltou a contribuição da Defensoria Pública para a redução das ocorrências de violência doméstica. Segundo a Defensora Pública, nas cidades onde as pessoas conhecem o trabalho dos Defensores, há uma redução bastante significativa desses índices. No entanto, segundo Mirela, em Minas Gerais, a maior parte dos Defensores está na Capital e nas cidades-polo, e mais da metade dos Municípios não tem Defensores.

Para ela, o controle da criminalidade deve focar na prevenção da delinquência juvenil, pois é nela que se inicia o ciclo de criminalidade. “O preso ou a pessoa que vem a ser delinquente muitas vezes tem uma história de menor infrator”, afirmou a Defensora. Acrescentou ainda que as políticas públicas de inclusão social, de tratamento e prevenção do uso de drogas e de álcool são muito importantes para minorar os índices de criminalidade.

Depois, o Deputado João Leite passou a palavra aos representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Conseps – de Lavras e Nepomuceno, respectivamente Alexandre Marques Oliveira e Lineu Marques Tonelli, que apresentaram como dificuldades a falta de infraestrutura nas instalações dos Conselhos e de verbas, para campanhas de prevenção.

Em seguida, falou Leonardo Brocanelli Fagundes, Diretor da Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi – na 6ª Região Integrada de Segurança Pública, sendo ele o responsável pelos presídios de Três Corações, de Varginha e de Lavras. O Diretor confirmou o problema de superlotação na cadeia de Lavras e disse que a Prefeitura já doou o terreno para construção de um novo presídio com 300 vagas, nos moldes da unidade de Pouso Alegre. No entanto, segundo ele, ainda não há previsão de liberação de recursos para o início das obras. Ele ponderou, contudo, que mesmo em situação precária, na cadeia de Lavras os presos estudam e podem trabalhar.

Já na fase dos debates, se inscreveu para falar Marcelo Silva de Oliveira, que sugeriu a criação de um site na “internet” para facilitar o acesso, pelo cidadão comum, de informações relevantes de segurança pública. Já a Vereadora Helena Maria Nogueira e outros participantes

pediram a instalação de uma delegacia da Polícia Federal em Lavras. Por sua vez, Ariane Farah Alvarenga, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, pediu a observância, nas políticas públicas, de abordagens específicas para os idosos.

Rita de Cássia Teixeira, mãe de um detento da Cadeia Pública de Lavras, falou da urgência de se construir um presídio no Município. Reclamou ainda da falta de estrutura da cadeia local para receber os familiares visitantes dos presos: “Sábado choveu muito e tivemos que ficar debaixo da chuva, porque a cobertura não era suficiente para nos abrigar”, afirmou. Disse também, emocionada, que tem medo do seu filho preso ser transferido para outra unidade prisional do Estado devido à falta de vagas em Lavras, pois ela não teria condições financeiras de viajar para visitá-lo.

O Deputado João Leite disse que no ano passado, por iniciativa popular, na Comissão de Participação Popular, foi aprovada uma emenda para a construção de espaços para os familiares aguardarem o momento da visita de seus parentes que estão presos.

Por fim, falou a Secretária Municipal de Promoção da Cidadania em Lavras, Belkis Eriana Amaral de Souza, que discorreu sobre os problemas que o consumo do “crack” tem trazido para a cidade e a forma como o Município tem se organizado para enfrentar esse e outros problemas de segurança pública.

II.2) Encaminhamentos aprovados:

a) seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a construção de um presídio e de um centro de atendimento a adolescentes, ambos no Município de Lavras; para ampliação do efetivo policial na 6ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp –, especialmente da Polícia Civil; para assunção total de presos sob a guarda da Polícia Civil pela Subsecretaria de Administração prisional – Suapi –, para construção da sede da 6ª Risp e para proposição de modificações no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – com a previsão de recursos para os Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Conseps –;

b) seja encaminhado à Ferrovia Centro Atlântica – FCA – pedido de providências para a celebração de convênio com o Município de Lavras com vistas à recuperação e à preservação do patrimônio histórico ferroviário desse Município;

c) seja encaminhado à Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências para implantação de uma unidade e para aumento do efetivo policial da corporação no Município de Lavras;

d) seja encaminhado à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de providências para aumento do efetivo policial da corporação nas rodovias federais que atravessam a região sul do Estado.

III - Principais pontos abordados:

a) Vários aspectos da questão da segurança pública no Município de Lavras convergem para a necessidade de serem construídos um novo presídio no Município e um centro de internação para adolescentes autores de atos infracionais;

b) os índices de criminalidade na região são menores que a média estadual;

c) a Polícia Civil e a Defensoria Pública apresentam “déficits” de quadros de pessoal e de estrutura na região;

d) o consumo de drogas na região, principalmente do “crack”, é uma preocupação crescente; deve haver mais investimento em políticas de tratamento de dependentes químicos;

e) os projetos sociais são fundamentais à prevenção da criminalidade da região.